

JOHNSON, Guillermo. *A quimera democrática na América Latina: o Brasil sob o império*. Dourados: Editora UFGD, 2013.

por Claudio Reis¹

Neste trabalho de Guillermo Johnson, tem-se uma leitura sempre muito importante e pertinente para o debate crítico acerca do sistema democrático, de viés liberal, que pode ser verificado em países da América Latina das últimas décadas.

A abordagem do autor visa dar conta de um complexo processo que percorre pelo debate teórico-acadêmico referente às análises feitas sobre a econômica capitalista, pela luta de classes no terreno mundial e seus desdobramentos para as relações entre os Estados nacionais, e pelo modo como os países da América Latina foram inseridos política e economicamente em tal movimento – com destaque para o caso brasileiro.

O caráter autocrático, tese defendida neste trabalho, acompanha os vários regimes políticos da América Latina incluindo, certamente, o Brasil. No entanto, as razões para esse movimento permanente de negação à participação política das classes trabalhadoras, em tal parte do mundo, não se explica somente pela dimensão da política, mas, fundamentalmente, pela relação desta com a vida econômica. Além disso, o processo de dominação sobre os latino-americanos por parte das nações ricas não é um fato recente, mas de vários séculos. Desde o momento em que os europeus, sob a perspectiva do mercado em expansão do século XVI, chegaram ao continente americano se tem um permanente movimento de exploração das riquezas naturais e da força de trabalho dos seus habitantes. Sendo esses elementos fundamentais para o enriquecimento dos europeus, na forma de Metrópole, a partir da espoliação do chamado “Novo Mundo”, submetido à condição de Colônia. Portanto, a relação de subordinação econômica, política e até cultural, dos latino-americanos em relação às forças externas é algo que marca a construção histórica de seus povos.

Certamente, o Brasil seguiu todo esse processo. Desse território retiraram o açúcar e o ouro, além de sustentarem a força de trabalho escrava, cuja fonte humana foi a africana. Condicionadas a essa realidade material-econômica, as relações sociais e política que daí surgem tendem a solapar qualquer participação efetiva dos subalternos nas decisões do país.

Esse fundamento social, fruto de uma longa construção histórica, influenciou fortemente a formação das classes dominantes da América Latina. Muitas vezes assumindo uma postura de subserviência diante das potências estrangeiras – até o início do século XX, restritas ao continente europeu, mas a partir de então, sob controle dos Estados Unidos. O fato das classes dominantes latino-americanas não assumirem uma postura autônoma diante dos países ricos, trouxe consequências ainda mais dramáticas

¹ Professor de Ciência Política da UFGD – Universidade Federal Grande Dourados-MS.

para as classes subalternas, afinal, o nível de exploração local, seguindo esse processo, retira a possibilidade de melhorias, ainda que parciais, para a condição de vida das massas populares.

Todo esse passado de exploração, fez com que as classes dominadas desta parte do continente americano, obtivessem inúmeros obstáculos para criar uma organização social e política de fato representativa de seus interesses.

Nesta obra, Johnson, apesar de fazer uma análise histórica importante e profunda sobre esse longo processo de dominação estrangeira sobre os latino-americanos, vai destacar a discussão a partir da histórica recente – tendo como ponto decisivo a década de 1970.

Momento no qual do ponto de vista econômico, o sistema capitalista entra em crise, mas do ponto de vista político-ideológico ganha importante fôlego, principalmente a partir da década de 1980. Com o fim do chamado “socialismo real”, uma consistente onda ideológica, política e cultural, invadiu o cenário mundial.

Pos-modernismo, neo-liberalismo, “fim da história”, globalização, etc., são algumas expressões ideológicas, políticas e culturais, que se disseminaram por todo o planeta, na tentativa de restringir o horizonte histórico da humanidade ao mundo burguês. Em meio a esse poderoso movimento de convencimento forçado das classes dominantes internacionais, a própria academia e o debate intelectual estiveram reféns a tais postulados.

Além dessas questões, o autor também aborda o conceito de *imperialismo* que se coloca como um instrumento eficiente para explicar a subalternidade latino-americana perante as forças econômicas e políticas estrangeiras. O seu foco principal é buscar entender, a partir dessa noção conceitual, as formas de dominação exercidas pelos EUA, ao Sul de suas fronteiras. Diante dessa questão, faz uma abordagem crítica sobre a obra de Michael Hardt e Antonio Negri, autores influentes nas últimas décadas. Diferentemente dos autores citados – que defendem o fim do imperialismo como expressão teórico-política das últimas décadas – Johnson ressalta a atualidade de tal conceito para se entender a realidade contemporânea. Fundamentalmente para se compreender as relações estabelecidas pelos EUA com os demais países.

Com esses elementos em mãos, o autor consegue desenvolver uma análise com vistas à totalidade do processo de subordinação política dos países da América Latina. Não se restringindo às abordagens características dos politólogos que tendem a reduzir o fenômeno político ao próprio mundo da política. Assim, dá ao leitor uma abordagem sólida sobre a complexidade do processo, estabelecendo os devidos vínculos entre os espaços da política e as demais dimensões fundamentais da vida social. Aqui, nega-se o corte, de cunho liberal, entre política e economia. Entre Estado e produção material da vida, entre sociedade política e sociedade civil. Esse é um método decisivo para se sair das espessas camadas ideológicas que, neste caso, assumem dimensões não-orgânicas sobre a realidade efetiva.

Além disso, outra consequência da análise presente no texto – estabelecendo constantemente a relação entre o particular e o universal – é que o permanente movimento autocrático dos países latino-americanos, e obviamente do Brasil, não se explica por uma debilidade endógena dessas sociedades, mas pelo vínculo que existe entre os fatores internos e externos. Não há como pensar na pouca participação política das classes trabalhadoras nesses países, sem fazer a devida referência aos interesses das multinacionais, ao capital financeiro e ao imperialismo norte-americano. Esses e outros aspectos interferem fortemente na vida interna dos países.

Como o próprio autor salienta: “O esforço de compreensão dos regimes políticos contemporâneos nos países latino-americanos requer considerar não somente os condicionantes internos, que tornariam possível as circunstâncias reais da sua consolidação, pois não é possível estudar a região sem ponderar os fatos da inserção submissa em que estes historicamente têm sido construídos. Portanto, é indispensável expor as tendências gerais em que as estruturas hegemônicas vigentes desenham essas relações e analisar os seus desdobramentos internos, não somente como um movimento linear de determinação externa, como também uma relação dialética – interna e externa –, na qual se inscreve o processo histórico de subordinação da América Latina.” (p.144)

Nesta linha de abordagem, como entender os processos políticos desses países, sem fazer clara referência à questão da dívida dos Estados às agências e instituições financeiras globais? Tal relação de dependência é um importante instrumento de domínio e controle político dos países dominantes, com destaque para os EUA, sobre a periferia do capitalismo.

Seguindo o materialismo dialético, o Estado aqui não é visto como algo secundário para a dominação de classe no mundo burguês. Afinal, ele não é aquilo que o pensamento liberal costumeiramente afirma, ou seja, um obstáculo ao desenvolvimento das forças econômicas capitalistas. Muito ao contrário, o aparelho estatal é uma ferramenta indispensável para a manutenção da ordem burguesa, fundamentalmente na defesa coercitiva da propriedade privada.

E justamente por ser expressão dos antagonismos entre as classes sociais, o Estado burguês tende historicamente a ser democrático, quando não há democracia e a ser autocrático, quando não há autoritarismo. Em outras palavras, a não participação das grandes massas populares no mundo político é um fato *sine qua non* para a sua organização parlamentar e liberal, ao passo que a maior intervenção das classes subalternas sobre as questões políticas – isto é, o aprofundamento da democracia efetiva – é a porta de entrada para a autocracia. Esse movimento está muito bem analisado em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, texto fundamental de Marx.

Neste livro de Guillermo Johnson, os Estados latino-americanos aparecem como expressões dos interesses do capital, em suas dimensões nacionais e internacionais. E como é bem apontado na obra, a profunda crise econômica pela qual o sistema capitalista está atravessando, coloca no centro do debate não apenas teórico, mas também político, justamente o papel do aparelho estatal no processo.

A chamada “crise estrutural do capital”, iniciada nos anos 70 e aprofundada nos últimos anos, vem retirando do Estado qualquer possibilidade de intervenção sobre a realidade social e econômica que não esteja organicamente vinculada aos interesses do permanente acúmulo de capital. O Estado de Bem-Estar, nestes momentos de profunda crise, é retirado das perspectivas das classes dominantes, principalmente em relação aos países da periferia do capitalismo. Em tais situações todo o poder de mando e direção que os Estados possuem, está voltado para a manutenção da ordem econômica e para a sobrevivência das classes dominantes.

Dentro desse movimento – defendido como “neocolonial”, pelo autor – coloca-se também a questão sobre o real caráter popular dos governos latino-americanos das últimas três décadas. Se de fato eles são expressão de uma vontade coletiva nacional-popular ou se apenas seguem determinações das instituições financeiras globais, quanto as suas recomendações para a criação de políticas compensatórias. Esse é um debate que move divergências sensíveis entre setores da esquerda revolucionária brasileira. Não há dúvida sobre a impossibilidade de definir, a partir de uma leitura apenas, o real caráter histórico-político desse movimento, afinal as diversas formas de abordagens se fundamentam em perspectivas políticas específicas, ainda que dentro de um mesmo universo metodológico. De qualquer maneira, o trabalho de Johnson é um material que contribui para essa discussão.

O fato que, talvez, estabeleça um ponto de convergência – entre os setores da esquerda revolucionária, brasileira e latino-americana – seja o caráter subalterno ao qual seus países estão inseridos, no âmbito do sistema mundializado do capital. E resta buscar, neste sentido, alternativas políticas justamente para uma construção social de novo tipo – que atenda as particularidades e necessidade locais. Os dados históricos que apontam para uma ininterrupta subordinação dos latino-americanos aos interesses dos europeus, inicialmente, e dos norte-americanos, em seguida, não podem levar a conclusões de cunho naturalísticas. Na há qualquer caráter natural nesse processo, mas sim uma permanente agressão militar, econômica, política e cultural, sobre essas sociedades. Portanto, é sempre importante realizar uma abordagem crítica sobre a situação latino-americana para ser possível concretizar ações políticas, no sentido de interromper o movimento de exploração constante sobre esses países.

Nas últimas décadas, movimentos de origens populares passaram a intervir na vida política dos países localizados ao Sul dos EUA. E apesar das particularidades das lutas, em muitas está presente a busca por uma nova e real independência. E fica cada vez mais evidente, para os povos submetidos aos interesses das classes dominantes nacionais e internacionais, que a luta contra as misérias imediatas estão atreladas à luta contra as multinacionais. E que a luta contra o imperialismo deve se desdobrar em combate ao próprio capitalismo.